

LIÇÕES ESTRATÉGICAS DA II GUERRA MUNDIAL, 75 ANOS DEPOIS

José Miguel Quedi Martins
Professor Rel. Internacionais/UFRGS

A Segunda Guerra Mundial foi a maior e mais letal conflagração da história. Além de estender-se por todo o globo terrestre, destacou-se também por sua magnitude e intensidade. Estima-se que tenha envolvido diretamente mais de cem milhões de pessoas e causado 85 milhões de mortes, sendo pela primeira vez utilizadas as armas nucleares. Decorridos 75 anos do seu fim, e pouco mais de um século do término da Primeira Guerra Mundial, o mundo encontra-se novamente em uma espiral de tensões que podem, mais uma vez, redundar em uma guerra mundial. Este é o principal sentido de atualidade da Segunda Guerra, posto que as raízes das atuais tensões podem ser encontradas no balanceamento estrito que conduziu àquela conflagração e à Guerra Fria que a sucedeu.

O termo “balanceamento” expressa, em sentido amplo, a noção de que os Estados competem entre si, procurando limitar a liberdade de ação uns dos outros. O que pode envolver a possibilidade da ameaça ou do emprego da força – neste último caso, tem-se o que ora denomina-se balanceamento estrito. Deste modo, em seu sentido amplo, o balanceamento confunde-se com o próprio conceito de Relações Internacionais enquanto tal. Já em seu sentido estrito, pode caracterizar-se pela intimidação ou chantagem. Assim, é razoável correlacionar balanceamento amplo com dissuasão (*deterrence*), e balanceamento estrito com intimidação (*compellence*). Naturalmente, o exercício da intimidação exige superabundância de força. Daí o porquê de as Grandes Potências lançarem mão de “delegados”, isto é, aliados que são empregados para “dividir o fardo” dos custos de segurança. Tal divisão internacional do trabalho de segurança, por vezes, acaba por dotar estes aliados de capacidades que os permitem assumir uma posição desafiante.

Foi este o caso da Alemanha, da Itália e do Japão – as potências desafiantes na II Guerra Mundial. A Alemanha, que resultou do desejo britânico de balancear a França – função cumprida originalmente pela Prússia – acabou por constituir-se em uma potência mais formidável do que aquela. O Japão, da intenção de manter a China subjugada (1894-95) e balancear a Rússia (1904-05) e a URSS (1918-25), acabou por destruir a hegemonia naval inglesa. As esquadras britânicas no Índico e no Extremo Oriente, Forças A, B

e Z – que materializavam quase dois séculos de hegemonia naval britânica –, foram destruídas em um curto intervalo de tempo (10/12/1941-10/04/1942). Mesmo com a Itália, em medida considerável, deu-se o mesmo. Como consequência, logo da eclosão da Segunda Guerra, o Almirantado Britânico considerava a Itália a maior ameaça à Royal Navy no Mediterrâneo. Daí o ataque surpresa realizado pelos ingleses em Taranto (11-12/11/1940).

Com o benefício do distanciamento temporal, pode-se dizer que este pequeno grupo de Estados-nação nunca teve chance contra os três Estados-região (EUA, Rússia e China) e o Império Britânico, que se aliaram contra eles. Naturalmente, isso não diminui o mérito ou o heroísmo daqueles que combateram contra o Eixo. Contudo, mesmo nos momentos mais sombrios que se seguiram às vitórias fulgurantes do Eixo no biênio 1940-41, poucos duvidavam da vitória final dos aliados. Deste modo – e Paulo Visentini foi um dos primeiros a descortinar isso no Brasil – a II Guerra ocultou uma outra “guerra”, a travada entre os próprios aliados. Particularmente, a da Grã-Bretanha contra a URSS e a China. A conduta adotada pelos ingleses, apesar de torpe – posto que prolongou a conflagração –, deve ser considerada como característica da ótica do balanceamento estrito.

O enfoque britânico foi praticamente o oposto ao adotado pelos estadunidenses. Os americanos passaram a planejar a abertura da segunda frente contra a Alemanha no calor da Batalha de Moscou (1941). Ainda em 1942 foi organizada a Operação *Sledgehammer* e, para ser desenrolada em 1943, foi planejada a Operação *Roundup*. Ambas tinham como objetivo a invasão da Europa pelo Sul da França. Os dois intentos acabaram sendo frustrados pelos britânicos, em benefício da invasão do Norte da África com a Operação *Torch* (1942). Para além da projetada segunda frente, que visava aliviar a URSS, os EUA promoveram a Lei do Empréstimo e Arrendamento. Ela foi decisiva para os esforços de guerra soviético e chinês, sendo que neste último país, os EUA mantinham relações estreitas não apenas com os nacionalistas, mas também com os comunistas. Em suma, o enfoque predominante adotado pelos EUA, mesmo em meio à conflagração, foi o do engajamento ou cooperação, não a do balanceamento estrito.

A barganha diplomática empreendida pelo Brasil também ilustra o engajamento e não o balanceamento estrito. Foi graças às relações estreitas, originalmente mantidas tanto com a Alemanha quanto com os EUA, que o Brasil obteve os recursos e a tecnologia para construir a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Vargas e Góes Monteiro valeram-se da preparação militar e posteriormente da guerra para inserir o Brasil virtuosamente no seio da II Revolução Industrial, caracterizada pelo domínio da siderurgia e da eletricidade.

Foi graças ao engajamento que se estabeleceu a *Pax Americana* – a reconstrução da Alemanha e do Japão que deram aos EUA a condição de *hegemon* mundial. O Plano Marshall de reconstrução da Europa permitiu que os EUA colocassem sob seu comando todas as hegemonias navais precedentes – Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra. Deste modo, fica claro que a cooperação, ou engajamento, é muito mais efetiva para o exercício da dominação que a confrontação ou balanceamento estrito. Contudo, logo após o discurso de Churchill em Fulton (1946) – que influenciou o anúncio da Doutrina Truman (1947) –, os EUA passaram a adotar o balanceamento, em sentido estrito, como comportamento dominante em relação à URSS e à China. Esta política foi implementada ao longo de todo o período denominado Guerra Fria (1945-1991).

E, mais uma vez, o balanceamento estrito revelar-se-ia falho. Para derrotar a URSS, um Estado que nunca excedeu a média de 9,5% do PIB mundial, os EUA converteram a China e a Europa em superpotências econômicas. Em suma, criaram adversários mais aptos do que aquele que pretendiam vencer. Mesmo após a debacle da URSS, os EUA mantiveram a postura de balanceamento estrito. Ao invés de uma nova versão do Plano Marshall, que financiasse a conversão da economia soviética para o capitalismo tradicional, intensificou-se a pressão militar e diplomática com a expansão da OTAN para o Leste e a busca da primazia nuclear. Hoje a URSS vê-se renascida na forma da Federação Russa e constitui-se, mais uma vez, em um adversário formidável. Justamente graças às capacidades que reativamente desenvolveu à expansão da OTAN e à busca estadunidense pela primazia nuclear. A China, por sua vez, mantinha uma relação dependente-associada aos EUA até que se deu o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado (1999) e o anúncio do Pivô para a Ásia (2011). Cumpre apontar que a Marinha Chinesa, que hoje ameaça a US Navy no Indo-Pacífico, foi construída de 2011 para cá.

Em suma, o balanceamento estrito revela-se, mais que falho, contraproducente. A longo prazo, produz resultados opostos ao planejado. A Prússia, da qual a Inglaterra se valeu para balancear a França, ao converter-se em Alemanha tornou-se um adversário mais imponente do que a França tinha sido. O Japão utilizado para subjugar a China e balancear a Rússia, acabou por destruir a Marinha Britânica no Indo-Pacífico (coisa que a China Imperial ou a Rússia dos czares jamais ousaram sequer sonhar).

Durante a Segunda Guerra, a procrastinação em abrir a segunda frente para travar a guerra terrestre em continente europeu, deixando a URSS combatendo sozinha contra a Alemanha, permitiu a primeira erigir-se como Superpotência. Um oponente mais formidável do que a Alemanha o foi em qualquer tempo, posto que dotada de ogivas termonucleares, a URSS era

capaz de destruir os EUA – capacidade que a Alemanha nunca teve. Já sob a perspectiva estadunidense, a Europa e a China, utilizadas para derrotar a URSS na Guerra Fria, converteram-se em superpotências econômicas, sendo que a primeira disputa também o poder brando com os EUA. Por fim, a Alemanha e a Rússia, contra as quais foram articuladas as duas maiores coalizações globais da história pelos esforços anglo-saxões, hoje retêm suas capacidades e a condição de integrar-se, no caso da primeira, ou consolidar-se, no caso da última, como Grande Potência.

Porém, o mais grave é que o principal resultado do balanceamento estrito foi o declínio do Ocidente. Como destacam Jeffrey Sachs e Steven Radelet⁸: em 1820, o Ocidente contava com pouco mais de 15% da população mundial e 25% da sua renda. Já em 1950, graças ao efeito das Revoluções Industriais, as nações do Ocidente detinham apenas 17% da população mundial, mas já concentravam 56% da renda. Atualmente⁹, o Ocidente (União Europeia e América do Norte conjugados) correspondem a 33% da renda mundial e 18% de sua população. Enquanto as Economias da região Ásia-Pacífico contribuem para 44% da renda e 60% da população. Tomando-se somente o Leste Asiático (China, Japão e Coreia do Sul), afere-se que este já participa com 25% da renda mundial e apenas 21% da população. Deste modo, é forçoso concluir que, graças a sua inserção virtuosa na III Revolução Industrial (microeletrônica), a Ásia recupera progressivamente o papel que tinha na renda mundial antes das Revoluções Industriais.

Tais lições importam para o Brasil, na medida em que se possa tirar proveito da nova situação internacional através do engajamento, da neutralidade e da barganha diplomática. Nem poderia ser diferente. Se a Segunda Guerra Mundial, travada por Estados-região contra Estados-nação relativamente diminutos, produziu 85 milhões de mortos, o que esperar de uma contenda que envolva EUA, Rússia e China? Além disso, o Brasil possui laços de interdependência econômicas tanto com os EUA quanto com a China. Sem falar no financiamento externo que depende de abundância de liquidez, que simplesmente deixaria de existir sob a égide de uma conflagração. Contudo, cumpre aproveitar a situação de tensão internacional, visando, com o uso da barganha diplomática, obter a recuperação da economia nacional, sobretudo a reindustrialização. Do mesmo modo que Vargas obteve o domínio da eletricidade, do cimento e do aço, só travando a Guerra depois que ela já estava definida, precisamos obter o domínio do computador (microprocessadores),

8 Radelet, S., Sachs, J. Asia's Reemergence. *Foreign Affairs*, [s. l.], v. 76, n. 6, p. 44–59.

9 Fonte dos dados 2017: Estados Unidos. Country Comparison: GDP (Purchasing Power Parity). CIA World Fact Book. 2020. Organização das Nações Unidas (ONU). *World Population Prospects, the 2010 Revision*. UN Department of Economic and Social Affairs. 2013.

da rede (Internet 5G) e da automação (Inteligência Artificial e robótica). E, desta feita, nos inserirmos exitosamente na III Revolução Industrial.

Porto Alegre, 14 de dezembro de 2020.